

Considerações sobre o discurso histórico, a fronteira e a integração nacional.

Vitale Joanoni Neto

Introdução

E esta actividade paulista, a oriente de Tordesilhas, bem como a desenvolvida em Matto Grosso (...) foi uma grande causa na conformação atual de nosso Brazil. (...) Não fosse a avalanche humana, que de São Paulo demandou os soccavões auríferos de Cuyabá, é possível, não nos pertencessem hoje o nosso noroeste mattogrossense e o oeste amazonico (...) é certo que aos paulistas vetustos das eras passadas devemos nós o que somos como grande nação continental. (ELLIS JUNIOR, 1924, p.9).

O discurso histórico intervém na realidade social na qual foi produzido em duas dimensões: primeiro no conhecimento gerado. Segundo pela utilização que uma determinada sociedade faz dele. Logo devemos considerar: as condições que levam à necessidade da criação do discurso histórico e a utilização que se faz dele, fruto da própria dinâmica social. A mudança desta última leva a novas leituras daquele.

“é por isso que à pergunta: o que é história?, a minha primeira resposta é: a história é um processo contínuo de interação entre o historiador e os seus fatos, um diálogo sem fim entre o passado e o presente”. (CARR, apud SCHAFF, 1986, p.238).

O objetivo de nosso texto é apresentar as diferentes visões sobre a fronteira Oeste brasileira que serviram em diferentes momentos para justificar a construção do Estado e da Nação. Tratada como antemural da colônia, depois como fronteira da civilização, mais recentemente valorizada por seus biomas e tratada como última fronteira, esse espaço muitas vezes objeto dos discursos históricos continua a produzir novos significados.

O lugar, o território e a fronteira

Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa. (KOSELLECK, 1992, p.3)

Em nossa análise, território será entendido como o espaço transformado, tornado social pela presença humana, pelo estabelecimento de relações de vida, trocas, interferências e conflitos. Ou simplesmente, o território é o espaço humanizado. Sendo assim, impossível considerá-lo sem suas especificidades, sua historicidade, o que nos leva de volta à reflexão feita acima.

Podemos contemplar uma ampla gama de significados para as quais confluem temporalidades, ambientes, culturas, etnias, gêneros e estilos de vidas distintos. Desta forma, tais conceitos constituem-se em instrumentos analíticos capazes de discutir um amplo leque de fenômenos, dentre os quais destacamos a questão das diferenças, da compreensão do “outro”, da produção das identidades, dos estranhamentos, das oposições, contradições e confluências que são elementos constituintes das várias tipologias de território e fronteira.

Seguindo o raciocínio acima, não existem espaços absolutos, eles se definem a partir de variáveis diversas concretas e simbólicas, historicamente dadas e tornadas, portanto, lugar. Seguindo o raciocínio de Cardoso (2005, p. 42), estes espaços são organizados segundo uma lógica produtiva, com o estabelecimento de moradias permanentes, uma divisão de funções, o que proporciona a fixação de limites e domínio eles, agora redefinidos como territórios, submetidos a um poder político.

Uma das faces desse território é o Estado, que usa de sua força legitimada e legitimadora para desterritorializar forças opostas, reterritorializando-o segundo seus interesses. O Estado também orienta novas reterritorializações, caso dos processos de colonização vistos em todo o mundo e, particularmente para nosso estudo, na Amazônia brasileira no final do século XX. Nesse caso, pessoas foram convencidas a deixarem seus lugares, migrar e reocupar territórios nos quais viviam povos indígenas, garimpeiros e posseiros. Esta ação, protagonizada pelo Estado, atendeu aos interesses do capital e foi chamada de “colonização”. (cf. HAESBAERT, 2006; GUIMARÃES NETO, 2002; JOANONI NETO, 2007).

O que aconteceu na Amazônia brasileira é exemplar para possibilitar entender as relações entre os conceitos de território e fronteira. Berta Becker entende que diferentes atores sociais conseguiram expressar sua territorialidade na Amazônia nesse período: Igreja Católica (em apoio aos indígenas, posseiros, pequenos produtores rurais), fazendeiros, empresas agropecuárias, indígenas, madeireiros, ONGs e falsas ONGs, seringueiros, castanheiros, empresas mineradoras, Exército Brasileiro etc. (BECKER, 1997, p. 11).

Basta circular pelos diferentes lugares criados nestas áreas de fronteiras para perceber essa diversidade de contrastes. É relativamente comum encontrar casos de trabalho escravo contemporâneo dividindo espaço com grandes propriedades de produção altamente tecnificada, pessoas migrando para fugir da fome, outras buscando melhorar de vida por meio das oportunidades de trabalho (de profissionais liberais a trabalhadores braçais), todos convivendo com garimpeiros, pistoleiros e índios.

Enfim, o que possibilita o surgimento/estabelecimento da fronteira é a percepção de que, para além deste lugar em que vivemos e no qual nos re-conhecemos, existem outros, que desconhecemos e que, por diferentes razões, chamam nossa atenção.

Sobre a Fronteira Oeste e a História do Brasil

Quando Afonso de Taunay tomou posse na condição de membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1912, e afirmou em seu primeiro

discurso “São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras”, ele deu início a um projeto que sobreponha a história de São Paulo à própria história do Brasil. Sua obra, consoante aos interesses da elite paulista, recuperando as incursões dos sertanistas pelo interior do continente no século XVI, construiu um protagonismo que marcou São Paulo e os paulistas como formadores da nação brasileira (cf. ANHEZINI, 2010).

Taunay, autor da extensa obra *História Geral das Bandeiras Paulistas*, marcou com força irreduzível a ideia da vocação bandeirante, o movimento pelos sertões, desenhando caminhos, permitindo conciliar imagens claras (sertão e espírito bandeirante). A ideia de bandeira em movimento, de interiorização pelos sertões a riscar o mapa da nação, é o legado de uma “história da conquista” a ocupar o imaginário dos futuros colonizadores do Brasil.

Deste modo, podemos a partir de finais do século XIX, com a proeminência paulista, localizar pontos mais decisivos na construção das imagens sobre a nação brasileira. Trata-se de destacar no imaginário nacional a “epopeia paulista” (novamente a tônica recai sobre integridade e alargamento territorial): a figura do bandeirante paulista estará indelevelmente identificada à formação territorial do Brasil. Graças a sua ação, o Brasil deve o estado atual de suas fronteiras, resultado da penetração sertanista. Segundo Kátia Maria Abud, “os historiadores paulistas enfatizaram aspectos e deram consistência às representações do bandeirante como símbolo paulista, a ser imposto a toda nação, como construtor da integridade territorial brasileira” (ABUD, 1986, p. 379-88). A atividade de conquista ganhou a sua dimensão imagética completa: bandeirismo e conquista de território; invasão de terras indígenas e apropriação de terras virgens, tudo legitimado pela ação civilizadora dos bandeirantes, os construtores da nação.

Levar em conta tais heranças e submeter a exame a historiografia brasileira, que instituiu um padrão de conhecimento histórico com os autores do século XIX, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), leva-nos a questionar a escrita da História do Brasil, dedicada ao trabalho sistemático de seleção dos elementos constitutivos da formação da nação.

Entretanto, para que essa breve análise possa ser útil, torna-se fundamental reter este universo de imagens, flagrado nas narrativas históricas, que ainda persiste na construção imaginária da grandeza das terras brasileiras. Mais ainda se nos remetermos ao mito fundador do Brasil, como parte do Novo Mundo, visto como a realização da promessa conquistada.

Para o Brasil, para a Amazônia Legal brasileira e para o Mato Grosso particularmente, fronteira tem esse caráter polissêmico, pois remete à transformação física, geográfica, cultural, econômica e simbólica pela qual passou esse território desde a chegada dos sertanistas paulistas no século XVIII, quando este espaço passou a ser tratado como fronteira do Império e depois sertão, até o final do século XX, quando se tornou fronteira relevante para a Segurança Nacional.

No final do século XX, os sentidos dos deslocamentos populacionais obedeceram à lógica da organização do capital, levando trabalhadores do sul do Brasil para o Mato Grosso, Pará e Rondônia, depois os atraindo para novos espaços, outras

fronteiras, da agricultura para o garimpo, do campo para a cidade, da pequena produção agrícola para o assalariamento.

A fronteira Oeste, a Amazônia Legal e o Mato Grosso.

De um modo geral, todo brasileiro que hoje pratica “atos de bandeirismo” não deixará de ser um bandeirante. (RICARDO, 1970, p.659).

A herança deixada pela epopeia bandeirante cruzou o século XX. No Jornal O Estado de Mato Grosso, publicado em Cuiabá em 13 de abril de 1919, podia-se ler que os filhos de Mato Grosso ainda sentiam o sangue dos “destemerosos bandeirantes” correr em suas veias. (apud GELETTI, 2012, p.350). Nesse ano foi comemorado o bicentenário da fundação de Cuiabá e foi instalado por iniciativa de Dom Francisco de Aquino Correa, então Governador do Estado, o Instituto Histórico de Mato Grosso.

Os discursos e manifestações da elite intelectual cuiabana nesse momento apontavam para uma apropriação da memória histórica bandeirante, associando-a ao mato-grossense e ligando a formação do estado à História Nacional. O nativo da fronteira Oeste brasileira teria herdado o sangue do ousado bandeirante e do guapo Guaicuru e graças ao distanciamento do resto do Brasil, teria se mantido livre de influências alienígenas. Seria, portanto, o verdadeiro brasileiro, representante mais puro da tradição bandeirante, tomando o cuidado para manterem-se afastados dos “outros” (índios, proletários, indolentes, turbulentos) que nunca tiveram tais qualidades ou as perderam. (GELETTI, 2012, p.356 e ss.).

No final dos anos 1930 novamente o Mato Grosso ganhou atenção do Governo Federal com o lançamento da “Marcha para o Oeste” pelo presidente ditador Getúlio Vargas visando incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste. Para isso organizou um plano que estimulava a migração para o centro do Brasil, onde haveria terras desocupadas. Tal política tinha como objetivos, promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo para subsidiar a implantação da industrialização no sudeste. Na visão da equipe governamental, essas medidas resolveriam os desequilíbrios existentes entre as diversas regiões do país pela implantação de uma política demográfica que incentivasse a migração. O Mato Grosso foi uma das bases de apoio desse projeto.

A ocupação do centro-oeste visava também a ser uma etapa preliminar da ocupação da Amazônia. Sobre esse aspecto em particular, vale lembrar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi criado em 1937 (resultado da fusão de organismos pré-existentes), dele surgiram: a divisão regional do Brasil (1942), como parte da política varguista para, romper com o “regionalismo negativo” produzindo outro “nascido da própria centralização do regime autoritário”. (GOMES, 2013, p.67), e mais tarde a criação da Amazônia Legal pela Lei 1.806, de 06.01.1953,(criação da

SPVEA), incorporando à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul), fruto de um conceito político voltado para planejar e promover o desenvolvimento da região e não de um imperativo geográfico.

A elite política cuiabana aderiu prontamente ao Estado Novo e à Marcha para o Oeste. Em 1940, em visita a Cuiabá Vargas afirmou em discurso oficial que “o problema da ocupação do nosso território é um postulado da própria criação do Estado Nacional (...) e essa obra, (que) significa unir e entrelaçar as forças vivas da nação, (...) renovou o lema bandeirante da Marcha para o Oeste.” (apud GALETTI, 2012, p.367). Dois anos depois, Dom Aquino Correa, arcebispo da arquidiocese de Mato Grosso, em missa solene durante a inauguração de Goiânia (1942), afirmou que aquela festa ficaria como um marco luminoso no roteiro “de volta aos sertões, pela ressurreição dos tempos heroicos da nossa história, quando os primeiros porta-bandeiras da expansão territorial do Brasil (...) conquistaram novos e novos meridianos e deixaram atrás, muito atrás, o de Tordesilhas (...)” (Apud PEDRAÇA, 2010, p.98).

Após 1964, com a implantação de outra ditadura no Brasil, que o Mato Grosso voltou a receber a atenção do Governo Federal. Os objetivos mantiveram-se pautados pela integração nacional, segurança das fronteiras, progresso, desenvolvimento e civilização.

Com vistas à humanização, integração e valorização do território imenso, ainda em grande parte inaproveitado e deserto, o esquema tripeninsular (...) está, por certo, a indicar-nos (...) três fases sucessivas na ampla manobra geopolítica a realizar (...) 1ª. Fase- articular firmemente a base de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país, ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2ª. Fase- impulsionar o avanço para o Noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península Centro-Oeste no todo ecumênico brasileiro; 3ª. Fase- inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada construída no Centro-Oeste (...). (COUTO e SILVA, 1981, 13-2 – texto Aspectos geopolíticos do Brasil-1960).

Seguindo esse projeto, o estado de Mato Grosso constituiu-se dos atuais limites geográficos em 1977, por meio da Lei Complementar Nº. 31, baixada pelo General Presidente Ernesto Geisel, que determinou o desmembramento e a criação do atual Mato Grosso do Sul. A parte correspondente ao atual Mato Grosso possuía, em 1970, 38

municípios. Em pouco mais de três décadas, esse número saltou para 141, dentre eles 83 não chegavam a dez mil habitantes e 40 estavam com população entre dez e vinte mil habitantes. Apenas 18 estavam acima de 20 mil habitantes (MIRANDA e AMORIM, 2001, p. 9).

Em grande medida, essas novas cidades surgiram diretamente ligadas aos projetos implantados no Estado com forte estímulo do Governo Federal. Isso foi possível primeiramente graças ao Decreto-lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que criou o Programa de Integração Nacional que diz em seu artigo segundo:

Art. 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica (BRASIL, 1970).

No ano de 1971, cerca de dez meses depois, o Decreto-lei Nº 1.164, de 1º de abril, mudou substancialmente a orientação do texto acima citado:

Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto (BRASIL, 1971).

Entre as rodovias incluídas no texto, encontram-se as BR 163, 158 e 364, que cortam o Mato Grosso em três espaços diferentes (Oeste, Norte/Sul e Leste) e a transamazônica, que se constituiu em corredor migratório do Nordeste para a Amazônia e impactou a ocupação do Estado. Essas medidas retiraram das mãos da elite estadual as prerrogativas para dispor desse estoque de terras, prática verificada desde o final do séc. XIX. (MORENO, 2007). Foi nesse espaço, agora sob a responsabilidade da União, que se implantaram os projetos de colonização e agropecuários em condições muito favoráveis para o empresariado nacional e projetos de assentamento visando diminuir as pressões no campo em outras regiões do país, sempre em nome da Segurança Nacional.

Outros elementos importantes para entender essa reocupação do estado de Mato Grosso foram os planos e incentivos que disponibilizaram grandes somas de recursos públicos para o setor privado, por meio de agências como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), Banco da Amazônia (BASA), também

com a mediação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse projeto de reocupação passava necessariamente pelo grande empresário, aliado do Governo Militar, beneficiário direto dos recursos disponibilizados. Nas palavras do Ministro do Planejamento de 1973, Reis Veloso, em pronunciamento oficial:

... a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um conseqüente processo de desmatamento, e de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico, nos leva a convidar as grandes empresas a assumirem a tarefa de desenvolver esta região (CASTRO e outros. 1994, p.77)

Esse empresário comprava grandes extensões de terra junto ao INCRA, comprometendo-se a apresentar um plano de ocupação que viabilizasse o estabelecimento de pequenos proprietários em lotes que majoritariamente variavam de 100 a 500 hectares, ou de atividades agropecuárias (frequentemente voltadas para a criação de gado de corte). Os tamanhos das áreas repassadas para essas empresas variaram muito. Apenas para citar alguns casos, entre os projetos de colonização, a SINOP, ou Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, recebeu 400 mil hectares para o projeto SINOP. Ela desenvolveu outros projetos no Mato Grosso. A INDECO, Integração, Desenvolvimento e Colonização, recebeu 400 mil hectares para o Projeto Alta Floresta e também desenvolveu outros projetos no Estado. A Cotriguaçu recebeu um milhão de hectares, não conseguiu executar o projeto com o mesmo nome e teve que dividir essa tarefa com outras empresas. Quanto às empresas com projetos pecuários, Casaldáliga, em sua Carta Pastoral de 1971, afirmou:

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara 66 (sessenta e seis) projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados, como a BORDON S/A, dos Frigoríficos Bordon, NACIONAL S/A, do Banco Nacional de Minas Gerais, cujo presidente é o ex-ministro das relações Exteriores, Magalhães Pinto, UIRAPURU S/A, do jornalista-latifundiário, David Nasser etc...

As áreas de alguns destes empreendimentos, em território da Prelazia, são absurdas. Destacando-se entre todas: a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S/A com 695.843 ha. e 351 m², que corresponde aproximadamente a 300.00 alqueires, área 5 vezes maior que o Estado da Guanabara e maior também que o Distrito Federal, de propriedades de uma única família paulista: a família Ometto. Destacam-se também a CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA - "CODEARA", com área de 196.497,19 ha., AGROPASA, com 48.165 ha.,

URUPIANGA, com 50.468 ha., PORTO VELHO, com 49.994,32 ha., e assim por diante.

Além de serem extensões praticamente inconcebíveis, muitos destes empreendimentos formam grupos somando assim suas já enormes áreas, como é o caso das conhecidas Fazendas Reunidas, que congregam 3 ou 4 fazendas, "de propriedades do Sr. José Ramos Rodrigues, o "Zezinho das Reunidas", dono da Empresa de ônibus "Reunidas" de "Araçatuba" (O Estado de São Paulo - 9/5/71). Tapiraguaia, Sapeva e Brasil Central também formam um grupo. O Sr. Orlando Ometto é também sócio da Tamakavy S/A, etc. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 9 - texto mantido como no original).

Como é possível perceber no texto acima, tanto as propriedades destinadas aos projetos de colonização quanto para fins agropecuários possuíam expressivas extensões territoriais, o que nos coloca outro problema. A venda e autorização para o estabelecimento dessas empresas sobre áreas tão grandes partiam do pressuposto de que estavam desocupadas, o que não correspondia às realidades locais. Os relatos de conflitos, mortes, ameaças, expulsão de comunidades inteiras com o uso da força tornaram-se frequentes.

Os conflitos e jogos de poder entre esses diferentes grupos produziram uma territorialidade exacerbada, violenta, que se manifestou, não poucas vezes, proveniente do fato de que cada uma dessas realidades tem o seu próprio tempo histórico, se considerarmos que a referência à inserção ou não na fronteira econômica indica também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem tempos históricos distintos e desencontrados no desenvolvimento da sociedade, ainda que contemporâneos. (MARTINS, 1997, p. 158). Ainda segundo José de Souza Martins, não se trata de atraso social ou econômico, mas da contemporaneidade da diversidade, das diferenças que definem, seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos (MARTINS, 1997, p. 157).

Em outras palavras, o tempo histórico de um camponês que planta para seu sustento é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, e inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão. A bala de seu tiro não atravessa apenas o espaço entre ele e sua vítima. Atravessa o tempo histórico entre seus mundos. Estão juntos na complexidade composta pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações (MARTINS, 1997, p. 159).

A fronteira Oeste brasileira e sua integração

As fontes documentais existentes sobre a fronteira Oeste possibilitaram a produção de conhecimentos acerca do espaço, da natureza, dos diferentes grupos humanos nela presentes, das disputas entre os reinos ibéricos, entre indígenas e não indígenas (esta, uma expressão genérica que nomeia grupos sociais bastante diversos), igreja e leigos, etc.

Desde o século XVII, esse conhecimento tem sido relido e reutilizado para diferentes fins: assegurar a posse do território para Portugal; disputas entre sertanistas e igreja visando o “direito” sobre população indígena; criação da identidade de Sertão ora como forma de marcar a dicotomia sertão incivilizado/litoral civilizado, ora como forma de destacá-lo como berço da verdadeira nacionalidade, ora como mal utilizada em seu potencial econômico, em outra ainda, como área vazia que fragilizava a segurança nacional. Cada uma dessas leituras suscitou uma ação diferente, pois não há discurso histórico de eficácia puramente cognoscitiva e “su utilidad ideológico-política no es una magnitud directamente proporcional a su validez teórica”. (PEREYRA, Carlos, 2005, p.13).

Segundo Mandrini (apud LUCÍDIO, 2013, p.53), tanto no império português quanto no espanhol na América, os estudiosos positivistas no século XIX, fizeram escolhas que nortearam a produção de seus discursos acerca do lugar que cada grupo envolvido na ocupação dos espaços, teria na identidade das nações que se constituíam naquele momento. Desse modo, a alguns grupos indígenas, por razões diferentes, coube o lugar de reserva de nobreza e/ou civilidade (como teria sido o caso dos Incas, Maias e Astecas), já aos povos ágrafos restou o esquecimento, o que, segundo o autor, teria legitimado a identidade de uma nação argentina branca e etnicamente homogênea.

Esses discursos subtraíram aos índios seu papel de agentes históricos, definiram seu lugar na história das jovens nações, classificaram-nos como aliados ou inimigos, aptos ou não, recriando o passado e valorizando algumas nações por seu papel na defesa das fronteiras, ou na construção da territorialidade, tal como é possível verificar na produção sobre o Mato Grosso e a fronteira Oeste no século XIX, inclusive nas páginas da Revista do IHGB.

Na historiografia contemporânea, encontramos diferentes leituras desses discursos acima mencionados. Júnia Furtado afirma que a constituição dessa fronteira Oeste do Império Português se fez pela ação do Estado, por meio dos tratados e missões diplomáticas que definiram e oficializaram os limites entre ambos os reinos na América. (FURTADO, 2012). Kátia Maria Abud destaca a ação dos sertanistas paulistas na chegada e ocupação dos territórios a Oeste do Império português, logo os coloca em lugar central na constituição dessa fronteira. (ABUD, 1985). João Antonio Botelho Lucídio defende “que a ocupação dos espaços disputados pelas duas monarquias ibéricas nos vales dos rios Paraguai e Guaporé resultou mais dos interesses e das capacidades de seus súditos na América e menos das estratégias gestadas por suas monarquias”, (LUCÍDIO, 2013, P.14), em outras palavras, para Lucídio o protagonismo estaria com os ocupantes locais.

Não se trata de afirmar a veracidade de um em detrimento de outro, apenas de demonstrar como diferentes pontos de observação dos discursos encontrados na documentação produzem ênfases distintas sobre o tema e, por consequência, na memória histórica.

Para Lucídio, as diferentes instâncias dos governos europeus foram fundadas sobre a territorialidade ameríndia e apenas após os súditos das duas coroas ibéricas passarem a se encontrar de modo sistemático nesse grande espaço interior da América do Sul, é que surgiu a necessidade de conhecer e criar representações sobre esses espaços (LUCÍDIO, 2013, p.26), tornando-os territórios, disputando-os em tratados internacionais, construindo fronteiras.

“O bandeirante do seiscentismo não escreveu sobre si mesmo”. (ABUD, 1985, P.15, LUCÍDIO, 2013, p.37). A isso podemos acrescentar: nem os indígenas, nem os outros ocupantes desses espaços, escreveram sobre si. Os escritos encontrados são documentos oficiais, ou produzidos a mando do Império: Anais das vilas e Sennados das Câmaras; Catálogos; Relatórios; Diários; Cartas; Relatos, etc. Nas palavras de José Honório Rodrigues:

“[Nem mesmo o que o autor chama de] historiografia oficial [se deixou seduzir pela] obra de mazombos, índios e mestiços, [porque estava] demasiado encantada com os aspectos da defesa de Portugal, na América contra a Holanda”. (in ABUD, 1985, P.16).

Nos documentos oficiais, no entanto, a presença desses sertanistas aparecia segundo Taunay desde o século XVI:

“Já em 1576 Hernando Montalvo, tesoureiro régio, denunciava a Felipe II as tropelias dos ‘portugueses de San Pablo’ por seus ‘malos tratamientos y de sus tupies’ na região do Viaza, em Santa Catarina de hoje, onde sua presença causava pânico” (TAUNAY, 1975a, p.25)

Podemos ver que os primeiros registros acerca da ocupação desse espaço interiorano, além Tordesilhas, da América pelos súditos portugueses, já aparece como disputa fronteira. Os conflitos entre sertanistas e Jesuítas se estendem por todo o século XVII, um dos pontos de destaque é 1640, chamado “Botada dos Padres fora”. Outro ponto de destaque é o conjunto de assaltos às missões do Guairá, Itatim, Tape e Uruguai, iniciadas por volta de 1619, duraram até 1638, empurrando os Jesuítas para a margem direita do Rio Paraná.

Abud cita documentos produzidos durante esse período pelos moradores do planalto de Piratininga, dois em particular (Representações ao Rei de Portugal em 1612 e 1641) chamam a atenção aqui por uma razão: não há menção ao fato de terem ido ao

interior para além dos territórios lusitanos. Tais documentos tratam da barbárie do índio, da cobiça dos Jesuítas, enaltecem os moradores do planalto de Piratininga, mas a conquista do território não é citada, “ou como quer José Honório Rodrigues, nenhum indício de que fossem conscientes dos efeitos históricos de sua obra”. (ABUD, 1985, p.29). Ainda para Abud, tal fato se deu por não considerarem essas incursões relevantes ou por considerarem que tal reconhecimento enfraqueceria sua argumentação contra os inacianos. Com a agravante de que os paulistas eram tidos como “rebeldes, insubmissos, selvagens mesmo”. (ABUD, 1985, 32).

No final do século XVII com as primeiras descobertas de metais no interior por esses mesmos paulistas, conseqüentemente com a fixação de maior população, incremento das relações comerciais, surgimento de vilas, arraiais e posterior tomada do controle desses locais pela Coroa Portuguesa em favor dos “ingratos filhos da Europa”, no episódio conhecido como Guerra dos Emboabas (1707-1709), outro discurso histórico foi produzido. Notícias, memórias, relações, a poesia de Claudio Manoel da Costa. Nesse momento, observando os documentos nos quais os paulistas passaram a ser apresentados com simpatia (existem documentos escritos por comerciantes e autoridades públicas e eclesiásticas, todos Portugueses, nos quais o discurso é outro), enfatizou-se a glória dos descobrimentos, seu destemor ao enfrentar o gentio, os primeiros sinais do nativismo. O foco desses documentos está nos descobridores e não nas descobertas, não nas riquezas produzidas pelas jazidas, mas no direito usurpado, à sua posse e exploração.

“Por el sentido profundamente actual de este tipo de recuperación de lo acontecido, el pasado entra en el presente como cosa viva, obra en él con la misma o semejante fuerza que lo contemporáneo y las reactualizaciones que de él se hacen transmiten sin dilación y con toda su carga emotiva las poderosas presencias del pasado en las contiendas del momento actual”. (FLORESCANO, Enrique. In: PEREYRA, C., 2005, p.94)

Para além dos conflitos locais, ressentimentos de parte a parte, que não desapareceram do cotidiano colonial e se mostram presentes após a emancipação política, citemos como exemplo, sem entrar em maiores detalhes, o episódio da Rusga (1834) ocorrido em Cuiabá opondo inicialmente os comerciantes portugueses aos membros da “Sociedade dos Zelosos da Independência” (SIQUEIRA, 2002, p.88 e ss.); as atenções da Coroa Portuguesa estão voltadas para fixar as posições das terras ocupadas por seus súditos, demarcar suas fronteiras.

Em 1722, D. João V enviou ao Brasil dois padres, um italiano e um português, com o objetivo de fazerem “mapas do dito Estado não só pela marinha, mas pelos sertões”. (CORTESÃO, 1956, T.II, p.7, citado por ABUD, 1985, p.47).

Os relatos de um desses padres, Diogo Soares, foram publicados por Taunay na obra *Relatos Monçoeiros* (oito Notícias Práticas ao todo). A Sexta Notícia Prática, descreve as rotas, os acidentes geográficos, as dificuldades encontradas, incluindo as mortes ocorridas durante a viagem de Rodrigo Cesar de Meneses de São Paulo a Cuiabá entre 07 de julho e 15 de novembro de 1726 (TAUNAY, 1975b, pp.111-22). Essas detalhadas descrições cumpriram a função de subsidiar a elaboração de mapas sem discutir a primazia das descobertas. Em tais relatos, o discurso exalta a coragem e a valentia das gentes que habitavam tais lugares. (ABUD, 1985, p.54). Chama a atenção o fato de que as incursões de sertanistas em busca no negro da terra, não produziram relatos com tal cuidado e detalhamento. Como vimos acima, os documentos legados por tais expedições não se preocupam com os direitos pelas terras alcançadas.

Após o descobrimento das jazidas minerais, essa preocupação está presente entre os sertanistas, os reinóis e o Império, com discursos diferentes (os paulistas reivindicando seu direito pela descoberta, os reinóis afirmando seu direito por pertencerem tais terras ao Império Português, e o rei interessado na efetivação das posses). Em todos os casos, o resultado foi um apenas: os espaços percorridos passaram a ser identificados e tornados nos discursos dos súditos e nos documentos oficiais, território português, logo, fronteira com as terras espanholas.

Os estudos científicos que fixariam as bases sobre as quais reconhecemos a fronteira Oeste do império português datam da segunda metade do século XVIII, realizadas por doutos como Félix Azara e Ricardo Franco de Almeida Serra. (LUCÍDIO, 2013, p.40). Mais que fixar fronteiras nacionais, esses discursos fixaram um modo de ver os diferentes grupos que a ocuparam, construindo “nações ameríndias” tendo por referência as nações à moda europeia. (LUCÍDIO, 2013, P.54).

No século XIX o Mato Grosso (então compreendido pelos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia), estava incorporado ao território nacional, inicialmente como parte do Império Português e a partir de 1822, parte do Império Brasileiro.

Visitado muitas vezes por viajantes estrangeiros, Mato Grosso foi visto como sertão, pois medido pela ótica ocidental de progresso e civilização, aquela mesma que tornou alguns povos indígenas “nações”. Essa construção histórica, fortemente marcada no imaginário ocidental (Cf. LE GOFF, 1983), imputou a esse território, características por vezes antagônicas e que chegaram ao século XXI, tais como: deserto, desconhecido, local de perigos, local misterioso, espaço isolado e por extensão local de solidão, de purificação, de provações, ora relacionado ao sagrado ora ao profano, intocado/não cultivado, sempre apresentado pela oposição sertão/incivilizado-litoral/civilização.

Concomitantemente, discursos históricos como o das bandeiras e personagens como os bandeirantes, foram construídos tendo como referência essa fronteira/sertão que, por sua vez, forneceu elementos para, em mais de um momento, a construção de projetos nacionais e justificar ações do Estado sobre esse território, ora por ser visto como berço da nação, repositório da origem da nacionalidade, ora como passível de conquista, terra a ser integrada, explorada, civilizada, desenvolvida. Na colônia, uma

cruzada em nome do Rei e da Igreja, no final do século XX em defesa da Segurança Nacional e dos valores Cristãos e no XXI outra em defesa da sustentabilidade e da ecologia.

As seguidas incursões de bandeirantes, garimpeiros, seringueiros, escravos fugidos, somadas a reconhecida presença de indígenas, ao surgimento de corruptelas e vilarejos, mesmo a incipiente presença do Estado com a anexação de partes desses territórios a novos municípios, foram insuficientes para mudar os discursos históricos que se construíram sobre essa fronteira. A imagem do sertão ressurgiu, modificada, servindo a novos projetos.

Segundo Galetti (2012, p.63), a presença indígena é “elemento absolutamente fundamental na representação dos sertões e da sua conquista”. De fato, se nos lembrarmos dos motivos que levam os sertanistas paulistas às suas primeiras incursões pelo interior do território para além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas, teremos a busca pelo ‘negro da terra’ como ponto central. Entre o século XVI e o XXI, o elemento indígena não perdeu sua centralidade. Fatos como o verificado com a Terra Indígena Marãiwatsédé no Araguaia mato-grossense entre 1965 e 2015, mostram claramente isso. (Cf. ROSA, 2015). A complexa dinâmica histórica, já mencionada aqui, que desterritorializa/reterritorializa ganha novas possibilidades de leitura quando vemos o Estado reconhecendo a propriedade da terra para os índios.

Nessa dialética relação entre o sertão e a fronteira, o índio foi tomado como “parte” do sertão (um modo idealizado, romântico de vê-lo como parte da natureza intocada). O paulatino avanço do outro sobre essa fronteira quer simplesmente ocupando, quer conquistando e subordinando homens e terras, é parte da dinâmica que desterritorializa e reterritorializa, incorporando a fronteira à dinâmica econômica e às práticas políticas do litoral civilizado.

Inicialmente reocupada por preadores de índios, depois garimpeiros, mais recentemente seringueiros, posseiros, alvo de projetos de colonização durante o período militar, a cada novo momento reterritorializada, seus ocupantes foram vistos como passíveis de incorporação ao projeto proposto, em não poucos momentos como obstáculos ao desenvolvimento e à integração nacional o que justificou a eliminação “do íncola inútil” e do posseiro (VIANNA, 1956, p.117 – a primeira edição é de 1923), até chegarmos ao século XXI vendo o latifúndio e o agronegócio, então estabelecidos nesses territórios, envolvidos nas mesmas dinâmicas que os levaram até ali:

No que se refere às emissões de dióxido de carbono e gás metano, trata-se de uma das fronteiras agrícolas mais problemáticas do mundo, sendo o Brasil o maior emissor de gases do efeito estufa relacionados à mudança do uso da terra. (COY e KLINGLER, 2014, p.2),

e alvo de ações como a vista em 16 de março de 1999, quando o Supremo Tribunal Federal derrubou a ação contra a demarcação da Terra Indígena Marãiwatsédé. (Cf. ROSA, 2015). Tal como Cronos, o capital devora os próprios filhos.

Do nosso ponto de vista, essa sobreposição de territórios diversos provocada por fortes interesses políticos e econômicos acirrou os conflitos entre os diferentes projetos de ocupação e evidenciou as fronteiras como limites. Essa fronteira Oeste foi fortemente marcada pelos embates entre essas diferentes territorialidades mencionadas e serviu, usando a expressão de Frederick Turner, como válvula de escape para os conflitos sociais oriundos da pressão fundiária no campo brasileiro em áreas mais densamente povoadas e forçou a reterritorialização para uns ao preço da desterritorialização de outros, sobrepondo regiões e criando novas fronteiras.

A análise destas novas fronteiras criadas pela força do capital requer uma postura aberta por parte dos cientistas sociais à compreensão de realidades históricas marcadas não pela homogeneização, nem somente pelas diferenças, mas por novas formas de vida que pressupõem interações nas quais o outro não desapareça. Essa fronteira, que extrapola as definições geográficas, linhas divisórias entre unidades políticas, afirma a sua importância como expressão dos deslocamentos espaços-temporais de diferentes grupos da sociedade nacional sobre territórios ocupados, notadamente, por povos indígenas e comunidades tradicionais que vivem do extrativismo, agricultura de subsistência e que possuem temporalidades diversas.

Esta afirmação nos leva a outro ponto importante, esse contato entre diferentes produz violências diversas que se expressam na presença de pistoleiros, conflitos agrários, trabalhadores sem-terra ou escravizados, concentração fundiária, apropriação do poder público local por pessoas ou grupos, entre outros.

Por outro lado, a fronteira é também o espaço de interações, solidariedade, intercâmbio, multiplicidade cultural. Nas palavras de Guimarães Neto (in: SILVA, 2000, p. 190), a fronteira é o resultado das práticas sociais: um espaço entre dois. Essa fronteira pensada geográfica, histórica e sociologicamente não é limite de civilização, pois considerar o “outro” incivilizado seria desconsiderar sua cultura, seu conhecimento que, não poucas vezes, serviu para sustentar a vida nesse lugar reocupado,

Sabemos como era manifesta nesses conquistadores a marca do chamado selvagem, da raça conquistada. Em seu caso ela não representa uma herança desprezível e que deva ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo e que cumpre superar; constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a terra. (HOLANDA, 1994, p.21).

Referências

ABUD, Katia M. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo, 1986. 250p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da USP.

- ANHEZINI, Karina. São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras. In: SALES, Jean R.; FREITAG, Liliane e STANCZYK FILHO, Milton (Orgs.). *Região, espaço e poder*. São Paulo, Alameda, 2010.
- BECKER, Berta. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.
- BRASIL. Portaria nº668, de 1 de novembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 nov. 1996. Seção 1, p. 22599.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix, 10 out. 1971. Disponível em <http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em 16 de dezembro de 2013.
- CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete e PRETI, Oreste. *A colonização oficial em Mato Grosso: A nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 1994.
- COUTO e SILVA. Golbery. *Conjuntura polícia nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.
- COY, Martin e KLINGLER, Michael. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. Disponível em: <http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/14/showToc> acesso em 21 jun 2014.
- DELEUZE, Gilles. e GATTARI, Félix. *Anti-Édipo, capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirante paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo, Typographia Piratininga, 1924.
- FURTADO, Junia F. *Oráculos da Geografia iluminista*. Dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte, EdUFMG, 2012.
- GALETTI, Lylia da Silva G. *Sertão, Fronteira, Brasil*. Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá, Entrelinhas, 2012.
- GOMES, Ângela M de Castro (Orga.). *Olhando para dentro*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá, UNICEN, 2002.
- GUMARÃES NETO, Regina. *Cidades de Fronteira*. In: SILVA, Sérgio (Org.). *Relações campo cidade: fronteira*. Goiânia, Ed.UFG, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

- JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença*. Cuiabá, EdUFMT/Carlini & Caniato, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos. Problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134 -146.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa, Ed. 70, 1983.
- LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *'A Ocidente do Imenso Brasil': as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Lisboa, 2013. 337p. Tese (Doutoramento em História dos descobrimentos e expansão portuguesa) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MIRANDA L. e AMORIM.L. *Mato Grosso: Atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.
- MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992. Cuiabá, Entrelinhas, 2007.
- PEDRAÇA, Célio Marcos. *O universo ideológico de Dom Aquino e os anos Vargas: entre a Igreja e o Estado (1930-1945)*. Cuiabá, EdUFMT, 2010.
- PEREYRA, Carlos e outros. *História para quê?* México, Siglo XXI, 2005.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. 2 vol. 4ª. Edição. São Paulo, José Olympio, 1970.
- ROSA, Juliana. *A luta pela terra Marãiwatsédé. Povo Xavante, Agropecuária Suiá-Missú, Possesiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa*. Cuiabá, 2015. 317p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFMT.
- SAQUET, Marcos A. e SOUZA, Edson B. C. (orgs.). *Leituras do conceito de território e dos processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Da ancestralidade aos nossos dias. Cuiabá, Entrelinhas, 2002.
- SPADARI, Pe. Ângelo, *Diário da viagem pelo rio Candeias, expedição missionária do colégio Dom Bosco – 1960*. S/L: Publicações Pastorais Isma, 29 out. 1997.
- TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras paulistas*. Tomo I. São Paulo, Melhoramentos, 1975a.
- TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras paulistas*. Tomo III, Relatos Monçoeiros. São Paulo, Melhoramentos, 1975b.
- VIANNA, Francisco J. de Oliveira. *A evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.